

# CSN julga imprestáveis documentos contra o Cimi

Os documentos denunciando o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) por uma "conspiração contra o Brasil" envolvendo grupos indígenas da Amazônia foram considerados "imprestáveis" pelo assessor para questões indígenas do Conselho de Segurança Nacional (CSN), comandante da Marinha Afonso Barbosa. Há quinze dias, em Brasília, ele deu esta informação ao senador Ronan Tito (PMDB-Minas). O parlamentar transmitiu a avaliação do militar sobre os documentos ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, d. Luciano Mendes de Almeida, e a assessores do Cimi, no último dia 13.

Ronan disse ao bispo que o comandante Afonso foi procurado, na secretaria do CSN, por um homem que se apresentou como Mário Nogueira e que levava documentos para denunciar a descoberta "de uma conspiração contra o País" por intermédio do Cimi. Sugeriu, ainda, que para apresentar mais detalhes sobre a denúncia, necessitava que o CSN lhe desse garantias de vida e cobertura das despesas para ir, com a família, para o Exterior.

"Antes de ouvir minha opinião sobre o caso", disse o senador, o comandante Afonso teria dito que o CSN "já havia julgado como imprestáveis os documentos e como inverídica a conspiração denunciada pelo senhor Nogueira".

Numa série de reportagens publicadas entre os dias 9 e 15 últimos, o jornal "O Estado de S. Paulo" denunciou "uma conspiração internacional contra o Brasil" que teria sido gestada pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), organismo ecumênico com sede em Genebra, Suíça — e do qual a Igreja Católica não é membro. Essa "conspiração" estaria sendo executada pelo Cimi. A "conspiração" visava, com a ajuda de religiosos e leigos envolvidos com os índios, "constituir, à custa do atual território brasileiro e venezuelano, um Estado ianomani". Para isso, seria "subtraído 14% da Amazônia legal do controle estrito do Estado brasileiro, mediante a imposição do conceito de 'soberania restrita' do Brasil sobre as áreas indígenas".

De acordo com dossiê do Cimi sobre as denúncias, Mauro Nogueira (aparentando 50 anos, de meia altura, gordo e bem vestido) procurou a sede da CNBB,

em Brasília, em junho último. Dizendo-se amigo de d. Luciano, ele foi recebido pelo subsecretário geral da entidade, cônego Celso Pedro da Silva, a quem entregou cartão apresentando-se como presidente da "Fundação Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil, capítulo São Paulo". Justificou sua visita à CNBB, afirmando que estava "em busca de informações sobre mineração em terras indígenas para um trabalho encomendado pelo presidente do PFL, senador Marco Maciel". Em reunião, na semana passada, com o secretário executivo do Cimi, Antônio Brand, Marco Maciel disse que não conhece Nogueira e nem lhe pediu qualquer trabalho. A negativa de Maciel foi repetida em entrevista, dia 18, ao jornal "Correio Braziliense", de Brasília.

O cônego Celso encaminhou Nogueira ao Cimi. Lá, ele conversou com funcionários e selecionou, na biblioteca, trechos de livros e artigos sobre mineração em terras dos índios. Em 18 de junho último, o cônego Celso recebeu uma extensa carta de Nogueira, identificando, na ação do Cimi, "objetivos de desestabilização do País".

Diante da informação sobre Nogueira, recebida do assessor do CSN, os advogados do Cimi procuraram novo contato com o denunciante e verificaram que os dados constantes em seu cartão de visitas eram falsos. Procurado ontem, às 14h, no número de telefone do cartão, em São Paulo, Nogueira não foi localizado e a mulher que atendeu disse "não conhecer ninguém com este nome". Procurado, às 16h, no endereço do cartão, ele também não foi encontrado. Um morador da casa disse que ele já se mudara há quatro meses e uma vizinha disse que "ele foi para Brasília e de lá seguiria para o Canadá". Na casa, segundo os vizinhos, nunca funcionou a "Fundação Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil".

## TEXTOS FORJADOS

O primeiro documento julgado "imprestável" é uma carta que o secretário da entidade, Antônio Brand, teria enviado a um certo "senhor Loebens", da Europa. Segundo os advogados do

Cimi, a carta é falsa, apresentada sem assinatura, datilografada em máquina manual e com a data colocada à maneira inglesa ("Brasília, junho 03, 1987"). O segundo documento é o "digesto" (resumo), de uma reunião que teria sido realizada, em Brasília, entre membros do Cimi, CNBB, Centro Ecumênico de Documentação e Informação e Nogueira, nos dias 16 e 17 de junho, sobre Igreja e os índios. As entidades envolvidas negam que tenha ocorrido essa reunião. O terceiro documento é o texto "Diretrizes Brasil n° 4 - ano 0", atribuído ao CMI. De acordo com telex do CMI enviado ao presidente do Congresso Constituinte, Ulysses Guimarães, à CNBB e ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, esse texto "não existe ou foi simplesmente forjado".

No dossiê, o Cimi afirma que as denúncias de que é objeto pretendem, por meio de pressões sobre a Constituinte, "escancarar as terras das populações indígenas à ganância das grandes empresas mineradoras, nacionais e estrangeiras".

## Irmãos Villas Boas denunciam manipulação de grupos estrangeiros

Os irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas, que passaram mais de trinta anos na selva em contato com os índios, acusaram ontem o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) de atuar como porta-voz de grupos estrangeiros, ao tentar impedir que o Brasil explore as riquezas do subsolo em áreas indígenas. Definiram ainda como "escandalosa" a situação dos "marajás", defendendo um fortalecimento da iniciativa privada para que o País possa superar a atual crise econômica.

"Nenhum país do mundo pode ter sua ação limitada, não podendo explorar aquilo que lhe pertence", declararam. E indagaram: "Por que vamos sofrer pressões de fora para deixar de explorar aquilo que é exclusivamente nosso?"

Para os irmãos sertanistas, o ideal seria que as missões religiosas restringissem suas ações dentro de sua área específica. E ressaltaram que a proposta de tornar o Brasil uma nação plurinacio-



Orlando e Cláudio Villas Boas

nal, apresentada pelo Cimi à Constituinte, tem por trás interesses estrangeiros.

"Se o Brasil se tornar uma nação plurinacional, o índio passaria a ter duas nações e seria tutelado dentro de uma área de sua influência", observaram. A dúvida, segundo eles, é se o índio teria também o domínio do subsolo.

Na opinião dos irmãos Villas Boas, o que o Cimi pretende, na verdade, é a soberania restrita. Ou seja, o Brasil deve dividir com outra nação a soberania. "E a nação indígena — salientaram — poderia passar a ser tutelada por outros países."

## "MARAJÁS"

Os dois sertanistas, que após se desligarem da Funai dedicam-se agora a escrever livros infantis, condenaram também a existência dos "marajás". "Num país onde crianças morrem de fome, os altos vencimentos desses funcionários é a coisa mais escandalosa."

Lembraram, a seguir, os trinta anos que passaram na selva. "Fizemos 2.500

quilômetros de picadas, 36 campos de aviação, cinco bases aéreas e tivemos perto de 250 malárias. No caminho de nossas expedições, surgiram quarenta cidades." Apesar de tudo isso, eles fazem questão de ressaltar, ganham apenas cinco salários mínimos como aposentados e mais um salário e meio como pensão, concedido pelo governo do Estado de São Paulo, onde moram atualmente.

Finalmente, os irmãos Villas Boas criticaram a intervenção estatal. "A única coisa que segura este País é o pessoal que está na cúpula do Governo. Se estimulassem a iniciativa privada, nós subiríamos como um rojão. O que impede que este País progrida são justamente as estatais. Esses desfalques incríveis que nunca foram e nem serão apurados, como o recente caso do Banespa." E concluíram: "A grande esperança nossa está na iniciativa privada."